

Keynes e a Teoria Geral

AMILCAR DE ARAÚJO FALCÃO

É corrente a afirmativa de que é possível objetar ou aplaudir a teoria keynesiana, mas de nenhum modo será possível deixar de assinalar, com um destaque todo especial, a presença de JOHN MAYNARD KEYNES na evolução do pensamento econômico, como um marco decisivo do seu desenvolvimento.

Efetivamente, a sua influência sobre a moderna concepção dos fatos econômicos é tão importante que entre os economistas seus contemporâneos ou a êle posteriores dificilmente algum poderá ser apontado que não se haja detido no estudo de suas idéias, seja para apoiá-las, seja para desenvolvê-las seja embora para criticá-las.

A verdade é que KEYNES realizou, na ciência econômica de seu tempo, aquilo que se consagrou sob o nome de *revolução keynesiana*.

2. Não significa isso que a teoria de KEYNES venha caracterizada pela absoluta originalidade de suas idéias.

Muito ao contrário, inúmeros aspectos do seu pensamento já tinham sido, ocasionalmente, apresentados por outros economistas.

A própria colocação dos problemas sob um ponto de vista global, a fórmula macroeconômica adotada para a análise dos fenômenos, era conhecida dos clássicos.

Como anota BARRÈRE, "a economia macroscópica, que considera os fenômenos globais, é quase tão velha quanto a ciência econômica. Encontramo-la no *Quadro Econômico* de QUESNAY, na lei dos custos comparados, na lei dos mercados, na teoria do *fundo* de salários, na lei da população, na teoria *quantitativa* da moeda, etc. "(*Théorie économique et impulsion keynésienne*, 1952, p. 46).

Os clássicos, entretanto, não empregam sistematicamente êsse método.

A mesma coisa se passa com a oposição entre a *estática* e a *dinâmica*. Outras apropriações podem constatar-se no pensamento keynesiano, como no que se refere ao papel das conjecturas e previsões; à análise *ex ante* e *ex post*; adotada por WICKSELL, cuja obra, segundo assevera GEORGES SOULE, era conhecida por KEYNES (cf. *Ideas of the great economists*, 1955, p. 117); ao efeito multiplicador, que foi haurido em KAHN, etc.

O que é original, pessoal, em Keynes, é a maneira como êle colocou o problema central, reuniu os elementos desse problema e apresentou a sua solução (BARRÈRE, op. cit., p. 3).

Importa acentuar que a revolução keynesiana cifrou-se, apenas, em dois aspectos: o da interpretação econômica e o da política que preconiza, com fundamento nessa interpretação. Ambos esses aspectos são apresentados e discutidos dentro de um ponto de vista meramente científico, sem envolver, ao menos direta e aparentemente, o propósito de servir a quaisquer idéias éticas, políticas ou filosóficas estranhas à disciplina econômica.

Duas únicas ressalvas devem, todavia, a propósito ser feitas: a primeira é que a teoria keynesiana encontra implantação dentro da *Weltanschauung* capitalista; e a segunda é que ela tem, manifesto, um objetivo, uma finalidade, qual seja a de resguardar o próprio sistema capitalista que, à época, estava entrando numa fase caótica.

3. Realmente, o mundo encarado por KEYNES é o do capitalismo liberal.

Na sua teoria geral, nenhum traço se encontra de aceitação das doutrinas extremistas, que recomendam uma ampla participação do Estado na vida econômica, cujo caráter intensivo e permanente importe na supressão da liberdade e de outros valores. Inversamente, KEYNES preconiza um intervencionismo estatal de índole corretiva e suplementar, capaz de restabelecer o ritmo do pleno emprego na atividade econômica, sem subverter, porém, a persistência daqueles valores éticos e jurídicos essenciais ao sistema liberal.

Nesse sentido, diz-se mesmo que a *Teoria Geral* nada mais é do que uma teoria econômica do capitalismo evoluído.

Nela estão presentes e em atuação todos os elementos característicos do capitalismo: a livre procura do lucro; o trabalho assalariado; amplas faculdades de iniciativa individual, ainda que num regime de controle moderado; a livre escolha a cargo dos produtores e consumidores; a repartição da riqueza pela ação dos preços. A atuação do Estado virá apenas suprir, compensar ou corrigir o mecanismo econômico, de modo a assegurar o pleno emprego.

KEYNES, éle próprio, é um homem ligado às idéias liberais, tanto pelas suas origens, como pelas vinculações que manteve nas diferentes atividades que exercitou.

A sua formação se fez dentro dos ensinamentos de MARSHALL.

As obras que escreveu até mais ou menos a *Teoria Geral* se situam dentro da concepção marshalliana, com apenas algumas rebeldias (cf. LAWRENCE R. KLEIN, *La Revolución keynesiana*, trad., 1952, p. 5). O próprio *A Treatise on Money*, publicado em 1930, apesar de certas inovações, ainda é uma obra de economia clássica. As inovações e desvios aí manifestados sobre a teoria dos ciclos econômicos e a teoria, mais tarde desenvolvida e ampliada, da taxa de juros em função da igualdade entre a poupança e o investimento, são ocasionais em confronto com a visão geral da economia dentro dos moldes tradicionais (cf. KLEIN, op. cit., p. 22).

Só mesmo com a obra capital "The general theory of employment, interest and money", vinda a público em 1936, é que o pensamento de KEYNES se apresentou autonomizado da escola clássica e adquiriu a feição sistemática que lhe é reconhecida.

4. Mas, se é certo que KEYNES acabou, assim, por formar uma escola à parte da teoria clássica, a verdade, no entanto, é que a sua doutrina tem um caráter finalista, qual seja o de assegurar a sobrevivência do regime capitalista, abalado por tremendas crises de desemprego e por constantes rupturas no ritmo da atividade econômica. Por isso mesmo, BARRÈRE, inegavelmente um dos melhores conhecedores de KEYNES, ao referir-se à sua obra, observa: "Elle pose avec une acuité qui va bien au delà de la valeur de l'élaboration scientifique, le problème de l'avenir du capitalisme" (*op. cit.*, p. 11).

Em tal sentido é que o mesmo BARRÈRE se refere ao chamado finalismo de KEYNES, ou seja, o seu propósito, o seu objetivo de salvar e resguardar o regime capitalista de perturbações e até do perecimento que lhe acarretaria o problema do desemprego crescente.

Uma das objeções de KEYNES à teoria clássica era exatamente essa de que ela exibía uma concepção econômica parcial, porque admitia que houvesse sempre emprego total.

Entendiam os clássicos que há permanentemente, salvo uma margem mínima de desemprego de caráter friccional, emprego total dos fatores da produção, situação que, ainda que excepcionalmente possa ser perturbada, tende imediatamente a ser recomposta, para tanto bastando que se proceda a reduções salariais. Por outro lado, acreditavam que seria impossível uma crise de superprodução, pois que, por força da lei dos mercados, toda a produção tendia a encontrar o seu mercado correspondente. A lei da oferta e da procura, admitiam ainda, restabeleceria, a cada momento, o equilíbrio da vida econômica, ensejando, conseqüentemente, o pleno emprego.

A objeção de KEYNES, como adiante veremos, é, nesse passo, capital.

Por essa mesma razão é que êle considera que a teoria clássica é uma teoria particular, especial, uma teoria econômica específica dos períodos de pleno emprego. A teoria keynesiana, por isso que estuda o problema do equilíbrio também nas fases de desemprego, é que se denominaria de teoria geral.

5. A essa altura, cabe indagar se a teoria keynesiana é, efetivamente, uma teoria geral.

Como se viu, as objeções capitais de KEYNES à teoria clássica, que o levaram a considerá-la um caso especial, um capítulo, apenas, da teoria geral keynesiana, podem ser reduzidas aos três seguintes pontos:

a) os clássicos ligam a idéia de equilíbrio à de pleno emprego, quando é certo que pode haver equilíbrio com diferentes níveis de emprego;

b) os clássicos estudam, apenas, situações individualizadas e fenômenos parciais, para generalizar as conclusões assim obtidas à totalidade da economia, método êsse que não é correto, porque os resultados serão diversos dos que se colhem através da análise dos fenômenos globais;

c) os clássicos estudam separadamente os diversos fenômenos econômicos, deixando de elaborar, assim, como a keynesse afigura recomendável, uma teoria homogênea e única, que integrasse a teoria da produção e da moeda.

A teoria clássica ficaria sendo, apenas, um aspecto especial da teoria geral keynesiana: seria a teoria do equilíbrio de pleno emprego.

Mesmo que isso seja certo e que se reconheça que a teoria keynesiana estuda o equilíbrio de pleno emprego e os equilíbrios de subemprego, a verdade é que nem por isso ela poderá considerar-se uma teoria geral.

Com efeito, como afirma BARRÈRE, para que uma teoria possa ser qualificada de geral é preciso que ela se apresente como "une explication qui embrasse un ensemble de cas de même nature, ou des groupes de cas de natures différentes et en rend compte à l'aide des mêmes propositions fondamentales" (op. cit., p. 24).

Ora, dentro desse conceito, a teoria keynesiana não é uma teoria geral, por mais de uma razão:

a) porque só aprecia o problema do emprego em um sistema de salários rígidos, não o analisando em um sistema de salários móveis ou flexíveis;

b) porque se limita ao exame do equilíbrio em um regime de concorrência imperfeita, portanto, em um regime econômico determinado, despreocupando-se de fazer igual estudo em outros regimes, como o de economia planificada;

c) é uma teoria cujas considerações repousam na observação de fatos, fenômenos e elementos típicos da economia inglesa de entreguerra, o que leva alguns autores a se referirem ao caráter britânico da concepção de KEYNES (cf. BARRÈRE, op. cit., p. 27).

6. Dito isso, importa examinar o primeiro dos aspectos que indicamos para o estudo da teoria geral de KEYNES, qual seja o da interpretação por ele dada aos fenômenos econômicos.

KEYNES procura verificar quais são os elementos que determinam o volume do emprego.

Para tanto, adota um método diferente do dos clássicos e estuda a atividade econômica dentro de um ponto de vista também diverso do adotado por aqueles.

A visão de KEYNES é macroscópica. Os elementos que ele encara são os fenômenos globais do produto nacional, do consumo, do investimento e da poupança, todos eles atuando em um sistema de relações funcionais.

O sistema opera do seguinte modo.

O nível de emprego relaciona-se com o produto nacional bruto e depende da soma de vantagens e lucros que os empresários esperam obter com determinado emprego.

Ora, a procura efetiva, em termos de moeda, é que vai definir essa rentabilidade do investimento feito pelo empresário. Mas, o nível desse investimento tem um momento determinante, que é aquele em que se chegue a um incremento da produção cujo valor seja igual ao valor da oferta dessa mesma produção.

PREBISCH explica o fato, em termos de economia microscópica, do seguinte modo: "Así el empresario individual calculará los incrementos de beneficios que pueda obtener de sucesivos incrementos hipotéticos de pro-

ducción, teniendo en cuenta que, con un determinado equipo de capital, el rendimiento disminuye conforme aumenta el nivel de ocupación. Cada incremento le representa un beneficio adicional que aumenta la suma total de beneficios. Le conviene, pues, extender la producción. Pero como el beneficio de cada incremento sucesivo va disminuyendo por el rendimiento decreciente, el empresario detendrá su expansión en aquel incremento cuyo costo apenas esté cubierto por el valor de los respectivos productos.

En este punto en que se equilibran el costo de la oferta marginal, la suma total de los beneficios habrá llegado al máximo. Allí queda determinada la cantidad de ocupación que resulta más provechosa al empresario" (cf. RAUL PREBISCH, *Introducción a Keynes*, 1951, ps. 22 e 23).

Ou, como esclarece ERIC ROLL: "It (refere-se à procura efetiva) can be represented as a point on an aggregate demand curve which is obtained by relating "various hypothetical quantities of employment to the proceeds which their outputs are expected to yield". A similar supply function can be established relating the aggregate supply price of the output obtained by employing a variable number of men with that number. The point of intersection of the two curves gives us that value of demand which KEYNES calls effective demand. This is an extremely important point because it is at that point that the entrepreneurs expectations of profit will be maximized. It is the point, therefore, which will show the equilibrium amount of employment" (cf. *A history of economic thought*, edição revista e aumentada, p. 486).

E' isso que o próprio KEYNES afirma, quando diz: "Así, el volumen de ocupación está determinado por la intersección de la función de la demanda global y la de oferta global, porque éste es el nivel preciso al cual las esperanzas de ganancia del empresario alcanzan el máximo", para acrescentar que essa assim conceituada procura efetiva "es la esencia de la teoría general de la ocupación (cf. JOHN MAYNARD KEYNES, *Teoría general de la ocupación, el interés y el dinero*" trad. esp., 1945, p. 37).

Pois bem, essa procura total, em termos de dinheiro, ou seja, essa quantidade total de moeda que vem exercitar uma procura no mercado nada mais é do que uma expressão do produto nacional ou da renda nacional global, em termos de dinheiro, criada na economia.

Ora, dentro de uma visão conjunta do mecanismo econômico, teremos que o total das quantias despendidas (procura total em moeda) é igual ao total da renda nacional em moeda. Portanto, o emprêgo está ligado à renda nacional e, conseqüentemente, para determinar o nível ou o volume daquele será necessário examinar e verificar quais são os fatores que determinam o volume e as características da renda nacional.

Aí está uma divergência fundamental entre a concepção keynesiana e a concepção clássica. E' que enquanto os clássicos fundavam a análise do equilíbrio tomando como ponto de partida a idéia de preço, de tal forma que o equilíbrio entre a oferta e a procura se realizaria em um determinado nível de preço, restabelecendo-se contínua e permanentemente, através de sucessivas e espontâneas fixações de novos níveis de preços toda vez que ocorresse uma variação na oferta ou na procura; KEYNES parte da idéia de renda ou produto nacional e faz a análise do equilíbrio da renda ou produto

global. Ele subverte, conseqüentemente, a ordem do raciocínio tradicional, ao reputar que os elementos determinantes a serem considerados serão, não os constituídos pela fórmula oferta-procura-preço, mas, pela fórmula poupança-investimento-renda.

Vistos assim os fatos, a concepção da oferta e da procura, encarada em termos globais, passa a ser entendida no sentido de que ela atua sobre os preços, senão sobre a renda.

Eis como o explica BARRÈRE: "L'offre réelle globale est constituée par l'ensemble des biens et services produits; elle se décompose en offre de biens de consommation et offre de biens d'investissement. Elle est le résultat d'une production globale mise en oeuvre par un certain volume d'emploi et constitue le revenu réel de la communauté pour la période envisagée. Par ailleurs cette mise en oeuvre, provoque une distribution de revenus monétaire par l'intermédiaire du paiement des coûts de facteurs et des perceptions de profits, que constituent les débours des entrepreneurs. La demande globale est la demande de biens de consommation et de biens d'investissement pendant la période. Elle aboutit donc à la demande du revenu réel, et provoque une dépense en monnaie qu'il faut constituer la valeur du revenu réel ou revenu nominal. Pour que l'équilibre soit réalisé, il faut que la valeur du revenu s'établisse à un niveau tel, que toute la production soit vendue sans perte. Il n'en est ainsi que si un même rapport s'établit entre: d'une part, les biens de consommation et les biens d'investissement offerts, et d'autre part, la dépense faite pour l'acquisition des biens de consommation et les revenus non dépensés par les percepteurs du revenu, c'est-à-dire, l'épargne. Comme la proportion de revenu qu'une communauté dépense en biens de consommation est stable c'est en définitive de l'égalité de l'épargne et de l'investissement que dépend l'établissement de la valeur d'équilibre du revenu. Si l'épargne est supérieure à l'investissement, le volume de la dépense est insuffisant, la valeur du revenu réel est trop faible, les entrepreneurs subissent des pertes et voyant leurs prévisions déjouées vont réduire leur production et par là même le volume de la main-d'oeuvre utilisée" (*op. cit.*, ps. 50 e 51).

7. A renda global é, pois, uma variante, mas, uma variante determinada. Se é verdade que ela determina o volume ou nível do emprêgo, por outro lado, o seu volume fica a depender de três outros elementos variáveis, determinantes êstes, porque em função dêles é que vai determinar-se o volume da renda.

Esses variantes determinantes são a propensão ao consumo, a eficácia marginal do capital e a taxa de juros.

Para que haja equilíbrio é preciso que a importância representada pelos investimentos (procura de bens de produção) e pelas quantias despendidas em consumo (procura de bens de consumo) sejam tais que bastem para que toda a produção seja vendida.

Na determinação dêsse equilíbrio é que entram em jôgo aquelas três variantes determinantes.

Se a sua ação se fizer sentir no sentido de operar um circuito no mecanismo, de modo a realizar-se a necessária rotatividade do produto global, teremos o equilíbrio de pleno emprêgo. De outro modo, ocorrerá o subemprêgo.

E' oportuno advertir que cada uma das variantes determinantes tem uma componente psicológica muito acentuada, de modo a sofrer a interferência de conjeturas, previsões e cálculos *ex ante* dos empresários.

A propensão marginal ao consumo consiste na aptidão ou tendência que tem a comunidade de aumentar a sua despesa de consumo à medida que aumenta sua renda, mas sempre numa proporção inferior à do aumento da renda. Essa proporção, que pode variar de uma comunidade para outra e que, por exemplo, é menor numa sociedade rica do que numa sociedade pobre, é, entretanto, sempre inferior à unidade, calculando-se geralmente entre 0,6 e 0,8. E' uma função estável, no sentido de que o seu índice não varia. O consumo a que dá origem, porém, varia naquela proporção indicada, sempre inferior à unidade.

A fração residuária vai constituir, então, a poupança. Temos, assim, que a propensão marginal a consumir, determinando diretamente o consumo, vai, indiretamente, servir de elemento indicativo da proporção marginal a poupar.

Por força desse princípio, temos que nem tôda a produção é absorvida pelo consumo, de vez que da renda bruta somente uma parcela, que aumenta em proporção inferior à do aumento da renda, é que irá ser destinada à aquisição de bens de consumo.

O equilíbrio do sistema fica a depender, pois, da influência de outros fatores que ocasionem o retôrno dessa fração residuária ao circuito, sob a forma de investimento, ou seja de procura de bens de produção.

Esses outros fatores são a eficácia marginal do capital e a taxa de juros, ambas estabelecidas sob a influência indireta ou direta da lei psicológica da preferência pela liquidez.

8. A eficácia marginal do capital, consoante a define BARRÈRE, é "la relation entre le rendement escompté du capital pendant sa période d'utilisation et le coût de production d'une unité supplémentaire de ce capital" (*op. cit.*, p. 90).

Teremos, assim, que para decidir-se a investir uma determinada parcela de capital o empresário verifica, de antemão, se há alguma vantagem em criar um capital novo.

Para tanto calcula qual a renda que lhe dará, anualmente, durante o período de duração do capital, o investimento. A série de anuidades assim prevista é que KEYNES dá o nome de rendimento descontado do capital. Pois bem, feita essa previsão do rendimento descontado do capital, o investidor coteja ou compara as vantagens esperadas com o preço atual de procura de igual capital, ou seja, a quantia que êle terá de desembolsar para obter o capital a ser investido.

O resultado favorável ou desfavorável desse cálculo é que constitui a eficácia marginal do capital.

Conforme seja a eficácia marginal do capital, a decisão será tomada pelo investimento ou pela poupança.

A propósito da matéria, convém destacar a presença nessa noção de várias idéias muito próprias à teoria de KEYNES: em primeiro lugar, o caráter dinâmico emprestado à noção, com a introdução de um elemento

desconhecido dos clássicos, qual seja o do fator tempo, pela vinculação de rendimento futuro à sua consistência atual; em segundo lugar, a noção em que é tida a moeda, já que o cotejo é feito em termos monetários, emprestando-se à moeda aquela significação que é própria da teoria keynesiana, de bem que vale por si mesmo e que, como tal, representa um elemento de ligação ou vinculação do presente ao futuro, afinal, a síntese que faz KEYNES de elementos objetivos (preço atual de procura do capital) e subjetivos (previsão do rendimento futuro, conjeturas sobre as anuidades esperadas em tempo futuro de um investimento atual).

Procedente, no particular, é a observação de BARRÈRE: "La signification d'ensemble de cette notion peut s'exprimer dans la conclusion suivante: l'efficacité marginale du capital ne s'attachant pas au rendement actuel mais au rendement futur, établit un lien entre le présent et le futur par l'intermédiaire de l'équipement et de la monnaie" (*op. cit.*, p. 96).

9. Conforme vimos, a noção de eficácia marginal do capital tem uma importância particular, porque dela depende o investimento.

O investimento é um fato a que KEYNES empresta um prestígio muito especial, na sua teoria geral, por dois motivos.

Em primeiro lugar porque o investimento é a via de rotatividade ou de retôrno da parte residuária da renda que excede às despesas de consumo.

Há, porém, um segundo motivo, relacionado com o problema do investimento e traduzido pelo nome de multiplicador, a que é dada uma enorme relevância.

E' que se observou, em base nos estudos de KAHN, que o aumento do investimento acarretará um aumento, um certo número de vêzes maior, na renda ou no emprêgo. KEYNES refere-se, especialmente, a dois tipos de multiplicadores — o multiplicador de investimento e o multiplicador de emprêgo.

A noção de multiplicador é a de um coeficiente de multiplicação que aplicado a um investimento determinado dá o valor da renda global ou do emprêgo decorrentes desse investimento.

ALIOMAR BALEEIRO, em síntese muito feliz, assim resume a idéia do coeficiente multiplicador: "Essa relação é designada como o "multiplicador de KAHN" e exprime a demonstração matemática de que a despesa de investimento primário ou inicial, uma obra pública, por exemplo, provoca emprêgo consideravelmente maior do que o correspondente à quantia por êle representada" (cf. *Uma introdução à ciência das Finanças*, 1955, vol. I. págs. 119 e 120).

Esse coeficiente varia conforme o tipo de economia nacional. Nas economias de tipo capitalista evoluído, êle é geralmente próximo de 3.

Os exemplos, dados por BARRÈRE para ilustrar o problema são os seguintes:

a) quanto ao multiplicador de investimento — se, num país em que se invistam anualmente 800.000.000, fôr realizado um investimento suplementar de 10.000.000, nesse caso, a produção terá sofrido um aumento, em relação aos anos anteriores, de 30.000.000.

b) quanto ao multiplicador de investimento — imagine-se que, em consequência daquele investimento suplementar, fôsse necessário empregar mais 50.000 operários, que até então estivessem desempregados. Ocorreria, no fim do ano, um aumento do volume da mão-de-obra empregada igual a 150.000 operários (cf. “Les facteurs de la production”, in *Traité d'Économie Politique*, dirigido por LOUIS BAUDIN, 1955, vol. I, p. 517).

Naturalmente, para que tal efeito se produza é necessário que existam fatores de produção não empregados, mão-de-obra em “chômage”, matérias primas não utilizadas, porque, de outro modo, o efeito do multiplicador será meramente inflacionário.

O efeito multiplicador se explica como sendo o resultado que um aumento de investimento ocasionará sobre o emprêgo ou o investimento em outras empresas correlatas, através de um processo de repercussão.

Pergunta-se porque o multiplicador não é mais elevado, porque, de qualquer forma, êle é limitado.

BARRÈRE responde a questão do seguinte modo: “Parce que la mise de fonds initiales faite para l'investissement dans l'industrie du bâtiment (exemplo por êle tomado, nossa é a observação) ne passé pas intégralement de cette industrie dans les industries de consommation. À chaque passage, une partie de la somme investie est retenue sous forme d'épargne, de prélèvement fiscal, etc... Si bien que peu à peu l'effet s'ammortit” (cf. “Les facteurs...” cit., p. 518).

10. Retornando ao estudo das variantes determinantes fundamentais, resta apreciar a terceira delas, ou seja, a taxa de juros.

KEYNES, no particular, diverge amplamente da teoria clássica.

Para esta, o juro é o preço da abstinência de consumir. E' que os clássicos entendem que duas atitudes pode tomar um sujeito econômico, ao ter que realizar uma despesa de consumo: ou consumir todo o rendimento ou reduzir o consumo, de modo a assegurar-se um consumo futuro. Essa abstinência, essa poupança teria um preço, uma reparação, um prêmio, constituído pela taxa de juros. Essa taxa seria determinada pela oferta e procura de investimento.

KEYNES rejeita êsse modo de entender por inteiro. Entende que a poupança, longe de se traduzir como uma preferência pelo consumo em relação ao tempo, e de importar numa abstinência de consumir para assegurar um consumo futuro, de tal forma merecendo uma reparação constituída pela taxa de juros, é, inversamente, um ato negativo, um resíduo formado espontaneamente, sem nenhum caráter meritório, sem qualquer vinculação de natureza ética ou moral e que, salvo a hipótese de pleno emprêgo, acarreta efeitos ruinosos para a economia, porque retira do circuito econômico uma parcela da renda, ocasionando, conseqüentemente, o subemprêgo dos fatores da produção.

Como tal considerada, a poupança não merece nenhuma reparação e a taxa de juros não é o preço da abstinência, determinado pela procura e oferta de investimento.

Longe disso, a taxa de juros para KEYNES tem um caráter muito diverso, tanto no que respeita a sua origem, como no que tange à sua natureza, do que lhe é atribuído pelos clássicos.

Em primeiro lugar, a taxa de juros não é um fator determinado pela oferta e procura de investimento. Pelo contrário, ela é uma determinante, isto sim, e, como tal determina diretamente o investimento e indiretamente o volume da renda e da poupança.

Por outro lado, ela depende da quantidade da moeda em circulação e da preferência por deter moeda líquida, ou melhor, da preferência pela liquidez.

A taxa de juros é o preço da liquidez, preço pelo qual o ofertante se dispõe a renunciar à detenção de moeda líquida e o emprestatário se dispõe a adquiri-la.

Trata-se, como se vê, de um fenômeno puramente monetário.

O juro é o preço que se deve pagar a um detentor de moeda líquida para que consinta em deixar que outrem faça uso dela.

A moeda é considerada, assim, um bem de valor próprio, o único bem de valor perfeitamente líquido, e, como tal, capaz de servir a várias finalidades. E' não apenas um instrumento de troca e de medida dos valores, mas ainda um instrumento de reserva de valor.

A sua detenção pode decorrer de três motivos :

a) o motivo de transação, ou seja, a necessidade de reter numerário para a conclusão das transações correntes;

b) o motivo de precaução, ou seja, a necessidade de numerário para atender a despesas aleatórias do futuro, desconhecidas mas previsíveis;

c) o motivo de especulação, ou seja, o desejo de possuir moeda líquida para tirar proveito de futuras oscilações do mercado.

A taxa de juros se define, pois, como o preço pelo qual o desejo de conservar a riqueza sob a forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível.

E' exatamente a oferta e a procura de moeda quem determina a taxa de juros.

Esta determina o investimento, porque é com base na taxa de juros que se apura a eficácia marginal do capital.

Em decorrência disso, indiretamente, ela determina a própria poupança.

11. Essa é a interpretação dada por KEYNES ao mecanismo econômico.

Viu-se que, além de um estado de equilíbrio de pleno emprêgo, KEYNES demonstra que existem estados de equilíbrio com diferentes níveis de subemprêgo.

Esse subemprêgo resultará ou de deficiência no consumo, ou de inexistência de investimentos suficientes, ou de alto nível de poupança impedindo o retorno ou a rotatividade da renda global e assim originando a falta de

escoamento de uma parcela maior ou menor da produção com a conseqüente redução do nível de emprêgo.

12. Para obviar a êsse estado de coisas, KEYNES preconiza uma política econômica a ser adotada pelo Estado.

Seja para aumentar a propensão marginal ao consumo, seja para influir sobre a taxa de juros e, assim, aumentar a eficácia marginal do capital, seja para realizar através de amplos programas de obras públicas, investimentos maciços e uma conveniente política de despesas, de modo a aumentar o volume da renda e do emprêgo, seja para diretamente, pela tributação, penalizar a poupança de modo a reduzir a preferência pela liquidez, seja para, através de impostos adequados, realizar o bombeamento da economia e a redistribuição da riqueza, seja para, através da manipulação do crédito público, orientar uma política de conjuntura — por qualquer desses processos deve o Estado intervir na atividade econômica para restabelecer o equilíbrio da renda nacional e do emprêgo.

Essa intervenção, como antes se disse, será, porém, feita *ad hoc*, com a finalidade de restabelecer ou compensar o jôgo dos fatores que propiciam o pleno emprêgo. Como se disse anteriormente, KEYNES não pretende levar a efeito nenhum objetivo reformista. Pelo contrário, o seu propósito é salvar o regime capitalista-liberal.

Conseqüentemente, o intervencionismo que preconiza há de ter um caráter meramente compensatório, corretivo ou suplementar, devendo deter-se quando seja alcançada a situação de pleno emprêgo. Mesmo nas oportunidades em que atue com maior intensidade, a intervenção do Estado não deve, além do que fôr inevitável, influir sobre a liberdade ou subverter os demais valores essenciais ao regime liberal.

13. Na obra de KEYNES, a política econômica e financeira não foi objeto de um estudo sistemático.

Todavia, de diferentes passagens da Teoria Geral e, sobretudo, através das suas conhecidas "boutades", é possível extrair o pensamento de KEYNES a propósito da política econômica.

14. Para atuar contra a insuficiência da propensão ao consumo, deve o Estado servir-se da via impositiva, desencorajando a poupança através de impostos progressivos, especialmente sobre o rendimento não distribuído das empresas. Por outro lado, deve ainda diminuir os ônus fiscais que pesam sobre o consumo. Agirá, assim, com uma finalidade corretiva.

15. Deve, por outro lado, realizar uma finalidade redistributiva, conjugando a tributação progressiva com uma política conveniente de despesa pública, a fim de aumentar o consumo global.

16. Além disso, o Estado moldará as finanças públicas, de modo a exercitar uma ação compensadora, a fim de restabelecer o volume elevado da renda global e do emprêgo.

Realizará, para tanto, despesas maciças de investimento em obras públicas financiáveis por meio de empréstimos públicos e de emissões monetárias.

17. A colocação do problema dêsse modo envolve a alteração de um dos postulados básicos das finanças clássicas, qual seja o do equilíbrio orçamentário.

A teoria de KEYNES acarreta a substituição de tal princípio pelo do *deficit* orçamentário sistemático.

18. Já que a taxa de juros depende da preferência pela liquidez e da quantidade de moeda, para influir sobre ela e, assim, fortalecer a eficácia marginal do capital e desencorajar a poupança, KEYNES propõe a fórmula das manipulações monetárias.

19. Dentro de um plano geral e tendo em vista as finalidades, meramente expositivas, que possui êsse trabalho, são essas as anotações que fazemos a respeito de KEYNES e de sua teoria geral.